

Proteção social diminuiu com austeridade

Estudo do Observatório do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra revelou ainda que, no entanto, as medidas de acção social têm sido reforçadas

Por: [Redação](#) / AM | ontem às 22:07

A proteção social tem vindo a ser reduzida nos últimos tempos por efeito da austeridade, mas as medidas de acção social têm sido reforçadas, refere um estudo divulgado esta terça-feira pelo Observatório sobre Crises e Alternativas.

O Observatório do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra publicou esta terça-feira o seu terceiro caderno, intitulado «Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?», da autoria da investigadora Cláudia Joaquim.

Segundo a análise, «as políticas sociais mais recentes tiveram um forte pendor» de austeridade, «o que se traduziu numa diminuição da proteção social, nomeadamente nas componentes de solidariedade e proteção familiar».

«Ao contrário do que seria expectável num período de aumento de desemprego e de diminuição dos rendimentos líquidos das famílias, as prestações sociais de combate à pobreza mais severa foram sujeitas a alterações legislativas para que o seu acesso fosse mais restrito, tendo como consequência a diminuição dos seus beneficiários, a redução ou o congelamento do valor das prestações e o agravamento do risco de pobreza em Portugal», refere Cláudia Joaquim.

A investigadora considera que aconteceu o contrário na área da ação social, devido às opções políticas tomadas pelo Governo.

«A par destes resultados, assistiu-se a um fenómeno contrário nas medidas de Ação Social: houve claramente uma aposta nesta área, com uma evidente canalização de recursos públicos das prestações sociais de combate à pobreza para medidas com um forte pendor caritativo», salienta.

Segundo a investigadora, no contexto de austeridade «assistiu-se ao reforço da dotação financeira com os acordos de cooperação na Segurança Social, a uma aposta na resposta social «Cantina Social», até então marginal, e a uma intenção de remeter para as instituições do terceiro setor o desenvolvimento de competências assumidas até agora, e em regra, pelo Estado».

De acordo com o estudo, mesmo após o fim do Programa de

Ajustamento Económico Financeiro, as medidas em matéria de proteção social mantêm a mesma tendência, com uma diminuição dos beneficiários das prestações de combate à pobreza, por não se assistir a uma reformulação das regras de acesso, e o surgimento de novas medidas no âmbito da Ação Social.

«Neste contexto, pretende-se com este trabalho, mais do que apontar soluções ou apresentar propostas concretas, deixar dúvidas e levantar questões para promover um debate que urge ser feito na sociedade, de forma aberta e sem preconceitos», diz Cláudia Joaquim, defendendo a necessidade de serem «sinalizadas soluções que respondam aos problemas identificados».

Este estudo vai servir de base para um debate que o CES promove quinta-feira em Lisboa sobre o mesmo tema.